

JÚLIO CAMARGO DE AZEVEDO



**PRÁTICA
CÍVEL
PARA
DEFENSORIA
PÚBLICA**

APRESENTAÇÃO
CAIO PAIVA

PREFÁCIO
FERNANDO DA FONSECA GAJARDONI

2018

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE - NOÇÕES FUNDAMENTAIS SOBRE A ATUAÇÃO PROCESSUAL CÍVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA

CAPÍTULO 1 - A Defensoria Pública e o Código Processual Civil de 2015 ...27

- 1.1. Breves notas sobre o perfil de Defensoria Pública inaugurado pela EC nº 80/2014.....27
- 1.2. A Defensoria Pública e o Código Processual de 2015: visão institucional geral.....29
 - 1.2.1. Previsão topográfica da Defensoria Pública enquanto sujeito processual29
 - 1.2.2 Consolidação das prerrogativas institucionais processuais30
 - 1.2.2.1. Contagem em dobro dos prazos processuais31
 - 1.2.2.2. Intimação pessoal do defensor público36
 - 1.2.2.3. Intimação pessoal da parte assistida e das testemunhas arroladas.....38
 - 1.2.2.4. Dispensa do mandato de representação40
 - 1.2.3. Da responsabilização pessoal do defensor público em caso de dolo ou fraude41
 - 1.2.4. Da dispensa do ônus da impugnação específica dos fatos.....41

CAPÍTULO 2 - A assistência jurídica e a nova regulamentação da gratuidade de custas45

- 2.1 Premissas ao estudo do tema.....45
 - 2.1.1. Gratuidade de custas: conceito e natureza jurídica46
 - 2.1.2. Distinções conceituais e terminológicas: gratuidade de custas, assistência judiciária e assistência jurídica49
- 2.2. A gratuidade de justiça no Código Processual de 2015.....51
 - 2.2.1 Generalidades51
 - 2.2.2. Institutos preservados.....52
 - 2.2.3. Principais inovações55
 - a) Ampliação do rol de beneficiários da gratuidade de justiça55
 - b) Ampliação do rol de documentos e serviços sujeitos à isenção55
 - c) Concessão de gratuidade parcial e parcelamento (art. 98, §5º e 6º).....59
 - d) Fim do incidente de gratuidade e simplificação dos atos procedimentais59

2.2.4. Especificidades quanto à recorribilidade da decisão que concede ou denega a gratuidade de justiça	60
3.1. Breve retrospecto histórico quanto à recorribilidade do direito à gratuidade.....	60
3.2. A recorribilidade da decisão acerca do direito à gratuidade no CPC/2015	62

SEGUNDA PARTE - ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

CAPÍTULO 1 - Os métodos consensuais de tratamento dos conflitos e o CPC/2015

1.1. Notas introdutórias sobre a política pública consensual de resolução de conflitos no Código Processual de 2015.....	69
1.2. Os métodos consensuais de resolução de conflitos no CPC/2015	72
1.2.1. Princípios gerais da metodologia consensual	72
1.2.2. Objeto: conflitos transacionáveis	75
1.2.3. Técnicas e métodos consensuais.....	76
1.2.3.1. Negociação.....	76
1.2.3.2. Mediação	78
1.2.3.3. Conciliação.....	81
1.2.3.4. Arbitragem	81

CAPÍTULO 2 - A atuação consensual da Defensoria Pública

2.1. Os três modelos de política institucional	84
2.2. O defensor público pode escolher entre uma postura judicializante ou desjudicializante?	86
2.3. Prerrogativas institucionais e instrumentos extrajudiciais correlatos	87
2.4. Por um novo perfil de atuação extrajudicial do Defensor Público	89
2.4.1. O perfil proativo.....	89
2.4.2. O perfil integrativo	90
2.4.3. O perfil preventivo	91
2.4.4. O perfil interdisciplinar	92
2.4.5. O perfil pedagógico	95

2.5. Modelos	96
2.5.1. Mediação	96
2.5.1.1. Carta-convite para mediação	96
2.5.1.2 Termo de Concordância	97
2.5.1.3 Termo de Mediação – Guarda e Convivência Familiar	97
2.5.2. Conciliação	99
2.5.2.1. Termo de acordo de Divórcio, Guarda, Alimentos e Convivência Familiar	99
2.5.2.2. Termo de Acordo de Exoneração de Alimentos	100
2.5.2.3. Termo de Acordo de Fixação de Guarda Avoenga	101
2.5.2.4. Requerimento de homologação de acordo.....	102

TERCEIRA PARTE - ATUAÇÃO PROCESSUAL CÍVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NO PROCEDIMENTO COMUM

CAPÍTULO 1 - O procedimento comum	107
1.1. Notas gerais sobre a estrutura do procedimento comum	107
1.2. O procedimento comum no CPC/2015.....	108
CAPÍTULO 2 - Atuação da Defensoria Pública no procedimento comum ...	110
2.1. Petição inicial	110
2.1.1. Requisitos da petição inicial (art. 319 do CPC/2015)	111
2.1.1.1. Endereçamento.....	113
2.1.1.1.1. Dicas práticas para a determinação da competência	113
2.1.1.1.2. A determinação da competência nos Juizados Especiais.....	115
2.1.1.2. Qualificação das partes	116
2.1.1.3. Causa de pedir	118
2.1.1.4. Pedido.....	119
2.1.1.5. Valor da causa.....	122
2.1.1.6. Requerimento de provas.....	124
2.1.1.7. Opção pela realização de audiência de conciliação ou mediação.....	124
2.1.2. Modelo.....	125

2.2. Contestação	127
2.2.1. Impugnação específica dos fatos e concentração das matérias defensivas na contestação	130
2.2.2. Revelia	132
2.2.3. Contagem do prazo para a contestação.....	133
2.2.4. Requisitos formais da contestação	134
2.2.5. Modelo.....	135
2.3. Reconvenção	137
2.3.1. Questões controvertidas envolvendo o instituto da reconvenção.....	138
2.3.2. Notas procedimentais sobre a reconvenção no CPC/2015.....	140
2.3.3. Modelo.....	141
2.4. Intervenção de terceiros	143
2.4.1. Assistência.....	144
2.4.2. Denúnciação da lide	145
2.4.3. Chamamento ao processo.....	146
2.4.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	147
2.5. Tutela provisória.....	149
2.5.1. Tutelas de Urgência: antecipatória (ou satisfativa) e cautelar.....	150
2.5.1.1. Requisitos e concessão inaudita altera pars	151
2.5.1.2. A relativização do requisito da reversibilidade das tutelas de urgência satisfativas.....	153
2.5.1.3. A tutela de urgência cautelar no CPC/2015.....	154
2.5.2. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	155
2.5.3. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	157
2.5.4. Tutela da evidência.....	158
2.5.5. Modelos.....	160
2.5.5.1. Modelo de tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	160
2.5.5.2. Modelo de tutela cautelar	162
2.6. Saneamento, instrução e prova	164

2.6.1. Fase saneadora	164
2.6.2. Fase instrutória.....	166
2.6.3. Fase probatória.....	170
2.6.3.1. Provas em espécie	171
2.6.4. Modelo de memoriais finais.....	176
2.7. Recursos.....	177
2.7.1. Princípios recursais	178
2.7.2. Juízo de admissibilidade recursal	181
2.7.3. Error in procedendo e error in iudicando	182
2.7.4. Recursos em espécie	183
2.7.4.1. Apelação.....	183
2.7.4.1.1. Modelo de Apelação.....	187
2.7.4.1.2 Modelo de Contrarrazões de Apelação	189
2.7.4.2. Agravo	190
2.7.4.2.1. Agravo de instrumento	191
2.7.4.2.1.1. Modelo de agravo de instrumento	194
2.7.4.2.1.2. Modelo de Contraminuta de Agravo de Instrumento.....	196
2.7.4.2.2. Agravo interno	197
2.7.4.2.1.2. Modelo de agravo interno.....	198
2.7.4.3. Embargos de declaração	200
2.7.4.3.1. Modelo de embargos de declaração.....	202
2.7.4.4. Recurso ordinário.....	203
2.7.4.4.1. Modelo de recurso ordinário.....	205
2.7.4.5. Recursos excepcionais	207
2.7.4.5.1. Recurso especial	209
2.7.4.5.1.1. Modelo de recurso especial	211
2.7.4.5.2. Recurso extraordinário.....	213
2.7.4.5.2.1. Modelo de recurso extraordinário	214

2.8. Cumprimento de sentença	217
2.8.1. Títulos executivos judiciais	218
2.8.2. Aspectos procedimentais comuns	219
2.8.3. Espécies procedimentais.....	221
2.8.3.1. Cumprimento provisório de sentença	221
2.8.3.2. Cumprimento de sentença em obrigação de pagar quantia certa	221
2.8.3.3. Cumprimento de sentença em desfavor da Fazenda Pública	223
2.8.3.4. Cumprimento de sentença em obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa.....	224
2.8.4. Modelos.....	225
2.8.4.1. Modelo de cumprimento de sentença.....	225
2.8.4.2. Modelo de impugnação ao cumprimento de sentença	226

QUARTA PARTE - ATUAÇÕES ESPECÍFICAS DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ÂMBITO PROCESSUAL CIVIL

CAPÍTULO 1 - A atuação em defesa de grupos vulneráveis	231
1.1. Noções preliminares	231
1.2. Dos problemas envolvendo a atuação enquanto “custos vulnerabilis”	232
a) terminologia	232
b) fundamentos (jurídicos e filosóficos).....	234
c) forma interventiva	236
d) natureza jurídica	237
e) critério para a intervenção.....	240
1.3. Proposta de um perfil atuacional à luz da função promocional dos direitos humanos	240
1.4. Modelos	243
1.4.1. Medida protetiva de urgência em favor de mulher em situação de violência.....	243
1.4.2. Ação de indenização por exposição de imagens íntimas na internet (revenge porn)	246
1.4.3. Ação de obrigação de fazer em favor de pessoa com deficiência	248

1.4.4. Ação de fixação de Curatela em favor de pessoa com deficiência	251
1.4.5. Modelo de ação de retificação de registro em favor de transexual	253
CAPÍTULO 2 - Atuação nos processos familiares.....	256
2.1. Breves notas sobre o procedimento especial familiar inaugurado pelo CPC/2015	257
2.1.1. A obrigatoriedade da sessão de conciliação ou mediação nas demandas de família.....	260
2.1.2. A ausência da contra-fé no mandado de citação.....	265
2.2. Demandas alimentícias e o CPC/2015	268
2.2.1. Procedimento especial de conhecimento	270
2.2.2. Procedimentos especiais executivos	273
2.3. Outros temas processuais envolvendo o Direito de Família e o CPC/2015.....	276
2.3.1. Inovações atinentes às demandas de divórcio e união estável	276
2.3.2. A não obrigatoriedade de avença sobre as cláusulas protetivas (guarda, visitas e alimentos) para homologação do pedido de divórcio ou separação consensual.....	278
2.4. Modelos	280
2.4.1. Divórcio.....	280
2.4.2. Reconhecimento e Dissolução de União Estável.....	282
2.4.3. Fixação de Guarda, Convivência Familiar e Alimentos	284
2.4.4. Investigação de paternidade	288
2.4.5. Alimentos Gravídicos.....	290
2.4.6. Revisão de alimentos	292
2.4.7. Cumprimento de sentença de Obrigação de Alimentos (rito da expropriação) ...	294
2.4.8. Cumprimento de sentença de Obrigação de Alimentos (rito da coerção pessoal) ..	295
CAPÍTULO 3 - Curadoria especial.....	297
3.1. Curadoria especial: noções gerais.....	297
3.2. A curadoria especial no CPC/2015.....	298
3.2.1. Hipóteses de intervenção reguladas pelo artigo 72 do CPC/2015	299
a) incapaz sem representante legal ou com interesses colidentes (art. 72, inc. I).....	299
b) requerido “preso revel” (art. 72, inc. II, primeira parte).....	302
c) requerido “revel citado fictamente” (art. 72, inc. II, segunda parte).....	305

3.4. A atuação da Defensoria Pública enquanto curadora especial do deficiente intelectual	307
3.4.1. A impossibilidade de se sustentar a sobrevivência do instituto da interdição no ordenamento jurídico brasileiro	308
3.4.2. A legitimidade exclusiva da Defensoria Pública para exercício da curadoria especial ao deficiente intelectual nas demandas de “interdição”	313
3.5. Modelos	315
3.5.1. Defesa em curadoria	315
3.5.2. Recurso de apelação em curadoria de réu curatelado.....	317
CAPÍTULO 4 - A atuação da Defensoria Pública enquanto amicus curiae.....	320
4.1. Amicus curiae: noções gerais.....	320
4.2. Breves comentários sobre a intervenção do amicus curiae no CPC/2015	322
4.3. A atuação da Defensoria Pública enquanto amicus curiae	326
4.4. Modelo de pedido de intervenção de Amicus Curiae	328
CAPÍTULO 5 - Atuação da Defensoria Pública nas ações possessórias	331
5.1. Breves notas sobre as ações possessórias no CPC/2015.....	331
5.2. A atuação da Defensoria Pública nas ações possessórias multitudinárias (art. 554, §1º).....	332
5.2.1. A hipótese do artigo 554, § 1º, do CPC/2015	332
5.2.1.1. A natureza jurídica da intervenção defensorial no artigo 554, § 1º	337
5.2.1.2. Adaptações procedimentais necessárias.....	340
5.2.2. A hipótese do artigo 565, § 2º, do CPC/2015.....	345
5.2.2.1. A natureza jurídica da intervenção defensorial no artigo 565, § 2º	348
5.2.2.2. Adaptações procedimentais necessárias.....	350
5.3. Modelos	352
5.3.1. Reintegração de posse.....	352
5.3.2. Contestação em demanda possessória multitudinária	354
CAPÍTULO 6 - A atuação frente à sistemática de precedentes vinculantes e ao microsistema de demandas repetitivas	357
6.1. Noções fundamentais sobre a teoria de precedentes.....	357

6.1.1. Definindo o precedente.....	357
6.1.2. Dos requisitos para a formação do precedente	358
6.1.3. Método de identificação do precedente e as técnicas de distinção (distinguishing) e superação (overruling).....	359
6.1.4. Eficácia do precedente.....	361
6.2. O “microsistema de precedentes” incluído no CPC/2015	362
6.3. Pode o defensor público negar a defesa judicial de pretensão contrária a precedente?	363
6.4. Pressupostos à atividade denegatória de pretensão contrária a precedente.....	366
6.4.1. Necessidade de distinção entre a aplicação de súmula, jurisprudência dominante e precedente	367
6.4.2. Do dever de fundamentação.....	369
6.4.3. Necessidade de respeito aos direitos do usuário.....	369
6.4.4. Necessidade de normatização interna.....	371
6.5. A atuação institucional frente ao “microsistema de litigiosidade repetitiva”	372
6.5.1. Técnicas de julgamento de demandas repetitivas	374
6.5.1.1. Os recursos especial e extraordinário repetitivos	374
6.5.1.2. Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).....	377
CAPÍTULO 7 - A atuação em defesa de direitos sociais.....	383
7.1. Direitos sociais: noções gerais	383
7.2. Mínimo existencial, limitação orçamentária e eficácia dos direitos sociais.....	384
7.3. A atuação da Defensoria Pública em defesa dos direitos sociais em espécie	386
7.4. Modelos	397
7.4.1. Obrigação de fazer – direito ao fornecimento de medicamentos	397
7.4.2. Ação de Obrigação de Fazer - matrícula em estabelecimento de educação infantil	400
7.4.3. Declaratória de usucapião individual.....	403
7.4.4. Declaratória de Concessão de Uso Especial para fins de Moradia.....	405

QUINTA PARTE - ATUAÇÃO PROCESSUAL COLETIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA

CAPÍTULO 1 - O processo coletivo brasileiro.....	411
1.1. Notas introdutórias.....	411
1.2. Direitos transindividuais: difusos, coletivos strictu sensu e individuais homogêneos.....	412
1.2.1. Direitos difusos.....	412
1.2.2. Direitos coletivos strictu sensu.....	414
1.2.3. Direitos individuais homogêneos.....	415
1.3. Crítica à trilogia dos direitos transindividuais e a inviabilidade prática da classificação.....	416
1.4. Do Microsistema de Processo Coletivo.....	417
1.5. Breves notas sobre os institutos do processo coletivo.....	418
1.6. O controle jurisdicional de políticas públicas.....	426
1.6.1. Noções fundamentais.....	426
1.6.2. A via processual adequada para o controle jurisdicional de políticas públicas: o processo estrutural ou de interesse público.....	429
1.6.2.1. Fundamentos.....	429
1.6.2.2. Conceito e características.....	430
CAPÍTULO 2 - A atuação coletiva da Defensoria Pública.....	432
2.1. A atuação extrajudicial coletiva da Defensoria Pública.....	432
2.1.1. Recomendação Administrativa.....	432
2.1.1.1. Modelo de Recomendação Administrativa.....	433
2.1.2. Termo de Ajustamento de Conduta.....	434
2.1.2.1. Modelo de termo de ajustamento de conduta.....	435
2.1.3. Inquérito Civil.....	437
2.2. A atuação processual coletiva da Defensoria Pública.....	439
2.2.1. Fundamentos legitimadores da atuação processual coletiva da Defensoria Pública.....	439
2.2.2. A representatividade adequada da Defensoria Pública.....	443

2.2.3. A legitimidade processual coletiva da Defensoria Pública vista pelos nossos Tribunais	444
2.2.4. Crítica ao resquício restritivo de legitimação nas fases de liquidação e execução individual da sentença coletiva	449
2.3. Breves notas práticas a respeito do manejo da ação civil pública pelo Defensor Público	450
2.4. Modelos	453
2.4.1. Ação Civil Pública.....	453
2.4.2. Agravo de Instrumento contra decisão denegatória de pedido liminar em Ação Civil Pública.....	456

SEXTA PARTE - TÉCNICA E REDAÇÃO JURÍDICA

CAPÍTULO 1 - Noções básicas de redação jurídica.....	461
1.1. A quem se peticiona?	462
1.2. Por que se peticiona?	464
1.3. Como se peticiona?	466
1.3.1. Técnicas de redação	466
a) clareza.....	466
b) objetividade.....	467
c) organização.....	468
1.3.2. Técnicas de narrativa e fundamentação	469
1.3.2.1. Narrativa fática.....	469
1.3.2.2. Fundamentação jurídica.....	470
a) a citação de dispositivos normativos.....	471
b) a citação da jurisprudência	471
c) a citação da doutrina	472
1.3.2.3. Delimitação dos pedidos.....	473
1.3.3. Técnicas de estruturação	473
1.3.3.1. Parte formal.....	474
a) endereçamento	474

b) qualificação das partes	474
c) representação pela Defensoria Pública	475
d) nomeação da demanda.....	475
e) assinatura	475
f) valor da causa	476
1.3.3.2. Parte material.....	476
2. Estrutura da peça judicial à luz do moderno direito processual	477
2.1. O que não reproduzir em uma petição jurídica	477
2.2 Estrutura básica da petição jurídica à luz do CPC/2015	480
3. Redação jurídica e provas de concurso público.....	481
3.1. Dicas envolvendo a elaboração da peça prática.....	481
3.2. Dicas envolvendo a elaboração de questões discursivas	483
BIBLIOGRAFIA	485